

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

A IDADE MÉDIA NACIONAL

O Brasil desencaixou. Desencaixou e passou a rodar no fuso paraguaio. Lá, como se sabe, depois de peculiar processo, o presidente Fernando Lugo foi impedido, assumindo o vice-presidente. Também não amputaram a Lugo os direitos políticos. Dizem os golpistas de lá, como os daqui, que o processo de impedimento seguiu os trâmites legais, que não houve atentado à Constituição nem violência física. Aqui, como também se sabe, os golpistas mantiveram os ritos, não promoveram violência (as pancadarias de antes e de depois do golpe não contam, claro) e garantiram direitos políticos à presidente impedida.

Dizia o Carlos Marx que a história só se repete como farsa; bela frase, mas um erro rotundo. A Segunda Guerra Mundial reencenou tragicamente a Primeira, as duas resultando da estúpida competição por mercados entre imperialismos expansionistas. A guerra do Vietnã é a da Coréia, só que com inovação tecnológica: a bomba de napalm, despejada sobre populações civis. O golpe brasileiro de 2016 não reprisa 1964, mas o paraguaio de 2002, em sua mais pura essência política: uma condenação sem provas, os legisladores maculando o mandato que detinham; uma concessão de direitos políticos que não possuíam autoridade constitucional para outorgar. Garantir os direitos políticos de Dilma Rousseff é tanto indício de golpe de Estado quanto cassar seu mandato: o de reescrever a Constituição pela força tirânica de maioria institucional.

O país ingressa em sua Idade Média. Os conservadores dominam as instituições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário com base em inegável maioria ocasional. Não é por isso, apenas, que são golpistas, mas pelo uso soberbo do poder. Assim como a Idade Média e o absolutismo só foram unânimes pela repressão, o conservadorismo hegemônico só se sustenta pela asfixia da divergência. Asfixia de que não está ausente a chantagem da vida privada de alguns, como bem a conhecem ilustres membros do Judiciário e do Legislativo, e violência nas ruas, com a brutalidade que for necessária.

Só entregarão o poder por via democrática se, multiplicando fogueiras, não puderem evitá-lo.

Wanderley Guilherme dos Santos.
Cientista Político, Professor aposentado da UFRJ.

Segunda Opinião, 16 de setembro de 2016
<http://insightnet.com.br/segundaopinia/>.

1. Ao destacar, entre parênteses, no primeiro parágrafo, que "(as pancadarias de antes e de depois do golpe não contam, claro)", o autor pretendeu:
 - A) frisar que os atos de violência ocorridos durante as manifestações não foram considerados, porque, na verdade, foram praticados pelos dois lados.
 - B) apontar, com ironia, a relação – negada – de autoridades e dos demais setores pró-*impeachment* com os atos de violência praticados por civis e policiais contra manifestantes que se opunham ao golpe.

- C) isentar de responsabilidades pela violência contra manifestantes as autoridades e setores da mídia engajados na defesa do mandato da Presidenta da República.
- D) lembrar que, tanto aqui quanto no Paraguai, os episódios de violência contra manifestantes de direita são sempre ignorados pela mídia anti-governamental.
- E) ressaltar que os confrontos ocorridos entre manifestantes golpistas e legalistas não contaram para definir a votação do *impeachment* da Presidenta da República.

2. O trecho "(...) o de reescrever a Constituição pela força tirânica de maioria institucional.", no final do segundo parágrafo, refere-se:
 - A) a uma condenação, sem provas, da Presidenta da República.
 - B) à ideia de que Carlos Marx estava errado e de que a história, na verdade, se repete.
 - C) à concessão de direitos políticos que os parlamentares não possuíam autoridade constitucional para outorgar.
 - D) ao fato de que, tendo sido consumado um golpe parlamentar, o próximo passo será a mudança forçada da Constituição pela maioria golpista.
 - E) às semelhanças existentes entre a violação da Constituição praticada pelos que cassaram o mandato da Presidenta da República e os que promoveram as duas grandes guerras mundiais.

3. No trecho "Dizia o Carlos Marx que a história só se repete como farsa; bela frase, **mas** um erro rotundo.", que inicia o segundo parágrafo, a conjunção **mas** pode ser substituída, sem alteração de sentido, por:
 - A) também.
 - B) portanto.
 - C) contrariamente.
 - D) entretanto.
 - E) afinal.

TEXTO 2

"APAGAR-ME

Apagar-me
diluir-me
desmanchar-me
até que depois
de mim
de nós
de tudo
não reste mais
que o charme."

- Paulo Leminski,

4. É correto afirmar que, nesse seu belo poema, Paulo Leminski pôs no centro de sua estratégia poética o uso intensivo da:
 - A) acentuação de palavras.
 - B) colocação de pronomes oblíquos.
 - C) regência verbal.
 - D) colocação de pronomes retos.
 - E) tipologia textual.

TEXTO 3

PNEUMOTÓRAX

“Febre, hemoptise, dispnéia e suores noturnos.
A vida inteira que podia ter sido e que não foi.
Tosse, tosse, tosse.

Mandou chamar o médico:

- Diga trinta e três.
- Trinta e três... trinta e três... trinta e três...
- Respire.

.....
- O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado.

- Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax?
- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.”

Manuel Bandeira (1886-1968), poeta, acadêmico e professor de literatura hispano-americana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ).

5. No verso “- Não. A única coisa a fazer é tocar um tango argentino.”, o médico, pelas mãos do poeta, sintetiza o estado de seu paciente tuberculoso. Considerado todo o poema, é correto afirmar que nesse verso final:

- A) predominam o otimismo e o bom humor diante da adversidade.
- B) a esperança da cura é entregue ao acaso.
- C) aparecem, combinados, o drama, a ironia, a tragédia, a resignação.
- D) estão representados o abandono, a solidão, a insensibilidade.
- E) o escárnio e o cinismo sobrepõem-se à misericórdia.

6. Diante do avanço conservador, há debates polêmicos em curso sobre a existência ou não de uma “nova direita”. Há um novo fenômeno, há novas estratégias ou simplesmente há mais do mesmo?

O professor Emir Sader considera que uma “nova direita” surgiu quando ela assumiu a ideologia e os projetos econômicos do neoliberalismo em resposta ao esgotamento do desenvolvimentismo e à crise do socialismo e do estado de bem-estar social, entre os anos 80 e 90.

Adaptado de A direita avança, de Vitor Taveira. Revista Caros Amigos, n° 231, 2016.

Ao tomar como referência o trecho sublinhado, quanto à concordância verbal, é correto afirmar que o verbo **haver** é:

- A) impessoal, se empregado com o sentido de ‘existir’.
- B) variável antes de numerais.
- C) invariável quando acompanha locuções no plural.
- D) impessoal antes de locuções adjetivas.
- E) variável com o sentido de ‘acontecer’.

TEXTO 4

APERTEM OS CINTOS, ESTAMOS ENTRANDO NA ERA DA PÓS-VERDADE

Pós-verdade parece mais uma expressão de impacto para chamar a atenção de um público saturado de informações e inclinado para a alienação noticiosa. Mas o fato é que estamos diante de um (1) **fenômeno** que já começou a mudar nossos comportamentos e valores em relação aos conceitos tradicionais de verdade, mentira, honestidade e desonestidade, credibilidade e dúvida.

Segundo a revista *The Economist*, o mundo contemporâneo está substituindo os fatos por indícios, percepções por convicções, distorções por vieses. Estamos saindo da dicotomia tradicional entre certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto, fatos ou versões, verdade ou mentira para ingressarmos numa era de avaliações fluidas, terminologias vagas ou juízos baseados mais em sensações do que em evidências. A verossimilhança ganhou mais peso que a comprovação.

A pós-verdade, um termo já incorporado ao vocabulário da mídia mundial, é parte de um processo inédito provocado essencialmente pela avalanche de informações gerada pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Com tanta informação ao nosso redor é inevitável que surjam dezenas e até centenas de versões sobre um mesmo fato. A consequência também inevitável foi a relativização dos conceitos e sentenças.

Tudo torna-se mais sério e complexo quando se combina com a teoria da “cognição preguiçosa”, criada pelo psicólogo e prêmio Nobel Daniel Kahneman, para quem as pessoas tendem a ignorar fatos, dados e eventos que obriguem o cérebro a um esforço adicional.

Trechos adaptados do original **Apertem os cintos, estamos entrando na era da pós-verdade**, de Carlos Castilho, Pós-doutorando no POSJOR/UFSC e membro da diretoria do Observatório da Imprensa. Publicado em OBJETHOS | *Observatório da Ética Jornalística*. <https://objethos.wordpress.com/2016/09/26/comentario-da-semana-apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/>

7. No primeiro parágrafo do TEXTO 4, o termo (1) **fenômeno**, em destaque, está acentuado conforme a mesma regra utilizada para acentuar a palavra:

- A) pós.
- B) inevitável.
- C) também.
- D) é.
- E) mídia.

8. Quanto à tipologia textual que caracteriza o terceiro parágrafo do TEXTO 4, é correto afirmar que:

- A) predominam, combinadas, características da narração e da descrição.
- B) estão presentes, exclusivamente, as marcas da descrição.
- C) há as marcas dos três tipos de texto, com predomínio da descrição.
- D) estão presentes, exclusivamente, as marcas da dissertação argumentativa.
- E) estão presentes, apenas, as marcas da narração.



9. O verbete **golpista** é assim descrito no dicionário HOUAISS da língua portuguesa:

■ “adjetivo e substantivo de dois gêneros

1 que ou aquele que dá golpe (“manobra desleal” e “golpe de Estado”) ou golpes

2 que ou quem é favorável a golpe(s) de Estado”

Como substantivo, **golpista** apresenta uma só forma para o gênero masculino e o gênero feminino. A distinção de gênero deve ser feita com o

uso dos artigos **o, a, um, uma** ou de outros determinantes (**o golpista, a golpista, um golpista, uma golpista**).

Marque a alternativa em que aparece, também, um substantivo biforme, aquele que apresenta duas formas diferentes, uma para o gênero masculino e outra para o gênero feminino.

- A) idiota – fã – selvagem – compatriota.
- B) camarada – estudante – jovem – intérprete.
- C) policial – doente – agente – parlamentar.
- D) servente – jornalista – traidor – jurista.
- E) mártir – suicida – artista – equilibrista.

10. Considere o texto a seguir:

“**Movimento apoiado por conservadores motiva sindicâncias contra professores e provoca censura nas aulas em estados e municípios, onde a restrição de liberdade de expressão já é lei.**”



Janeth de Souza terminou de dar suas aulas de inglês no Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, e estava a caminho de casa quando recebeu um telefonema. Deveria comparecer (1) a Diretoria Regional de Educação Metropolitana I para responder (2) a uma sindicância. Chegando lá, foi informada de que havia uma “denúncia anônima” feita (3) aquela Diretoria: um vídeo de 40 minutos de uma de suas aulas, em que explicava (4) a alunos porque os professores entrariam em greve. Janeth estava sendo acusada de “doutrinação ideológica” – um termo que nunca tinha ouvido em seus mais de 30 anos de profissão.

Adaptado de Escola Sem Partido caça bruxas nas salas de aula, de Andrea Dip. Pública | Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo | agosto de 2016. <http://apublica.org/2016/08/escola-sem-partido-caca-bruxas-nas-salas-de-aula/>

Atente para os termos (1), (2), (3) e (4) em destaque no texto. A seguir, assinale, dentre as alternativas adiante, aquela que apresenta a sequência correta quanto ao emprego do sinal indicativo da crase.

- A) (1) a; (2) à; (3) àquela; (4) à.
- B) (1) à; (2) à; (3) aquela; (4) a.
- C) (1) à; (2) a; (3) àquela; (4) a.
- D) (1) à; (2) à; (3) àquela; (4) à.
- E) (1) a; (2) a; (3) aquela; (4) a.

LEGISLAÇÃO

11. De acordo com José dos Santos Carvalho Filho, “a posse é ato da investidura pelo qual ficam atribuídos ao servidor as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo. É o ato de posse que completa a investidura, espelhando uma verdadeira *conditio iuris* para o exercício da função pública. É o momento em que o servidor assume o compromisso do fiel cumprimento dos deveres e atribuições. Com a posse, completa-se também a relação estatutária da qual fazem parte o Estado, de um lado, e o servidor, de outro”. Carlos, candidato ao concurso para o cargo de Assistente em Administração da UFRJ, foi aprovado em primeiro lugar e convocado para tomar posse. Nos termos da Lei nº 8112/90, é correto afirmar que a posse de Carlos:

- A) poderá dar-se mediante procuração específica.
- B) dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, em qualquer situação.
- C) ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
- D) não depende de prévia inspeção médica oficial.
- E) ocorrerá no prazo de cinco dias contados da publicação do ato de provimento.

12. Para o autor José dos Santos Carvalho Filho, “estabilidade é o direito outorgado ao servidor estatutário, nomeado em virtude de concurso público, de permanecer no serviço público após um período de efetivo exercício”. Joana é servidora pública federal, investida no cargo de Arquivista há cinco anos. Após passar pelo estágio probatório, Joana adquiriu a estabilidade. Considerando o dispositivo constitucional, que trata da estabilidade no serviço público, Joana, servidora estável, só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

Está(ão) harmônico(s) com as regras da Constituição o(s) item(ns):

- A) I, somente.
- B) II, somente.
- C) II e III, somente.
- D) I e III, somente.
- E) I, II e III.

13. “No regime administrativo disciplinar, o instituto da prescrição acarreta a extinção da punibilidade e visa a punir inércia da Administração que, sabendo do suposto ilícito, não diligencia na exigida apuração, embora já tivesse elementos para fazê-lo.”

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.
www.cgu.gov.br

Vinicius é servidor público federal investido no cargo de enfermeiro desde 2010. Em 2015, ele foi convocado a fazer parte de uma Comissão de Sindicância para apurar ilícito administrativo.

Ao produzir o relatório final, Vinicius e os demais membros da Comissão fizeram um estudo detalhado acerca do Instituto da prescrição administrativa a fim de se chegar à decisão final. Sobre a prescrição, de acordo com a Lei nº 8112/90, a Comissão deve considerar que:

- A) o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato ocorreu.
- B) a abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição.
- C) a ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- D) a ação disciplinar prescreverá em dois anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- E) a ação disciplinar prescreverá em 180 dias, quanto à pena de suspensão.

14. “A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos ou entidades.”

LAI: A Lei de Acesso à Informação. Governo Federal.
www.acessoainformacao.gov.br

Acerca da Lei nº 12.527/2011, é correto afirmar que:

- A) subordinam-se ao regime desta Lei somente os órgãos públicos integrantes da Administração direta dos poderes Legislativo e Judiciário. O Poder Executivo não se subordina ao regime desta Lei.
- B) cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
- C) aplicam-se as disposições desta Lei às entidades privadas com fins lucrativos, que recebam, inclusive, recursos privados.
- D) poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- E) não é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

15. Para José dos Santos Carvalho Filho, “a Administração Pública exerce atividade multifária e complexa, e sempre com os olhos voltados para fim de interesse público. Para alcançá-lo, precisa valer-se de serviços e bens fornecidos por terceiros, razão por que é obrigada a firmar contratos para a realização de obras, prestação de serviços, fornecimento de bens, execução de serviços públicos, locação de imóveis etc. Não poderia a lei deixar ao exclusivo critério do administrador a escolha de pessoas a serem contratadas, porque essa liberdade daria margem a escolhas impróprias. A licitação veio contornar esse risco. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que seja escolhida a proposta mais vantajosa para a Administração”. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), é correto afirmar que:

- A) subordinam-se ao regime dessa Lei os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, exceto as fundações e empresas públicas.
- B) a licitação destina-se a observância do princípio da seleção mais vantajosa para a administração pública, entretanto, ela não garante a observância do princípio da isonomia.
- C) constitui motivo para rescisão do contrato o atraso, mesmo que justificado, no início da obra, serviço ou fornecimento.
- D) nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- E) não constitui motivo para rescisão do contrato a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- 16.** Maria, estudante de Direito, foi convidada a apresentar um Seminário sobre Administração Pública. Um dos itens de sua apresentação considerou a Administração como os vários órgãos, serviços e agentes do Estado, que exercem atividades com a finalidade de atender, direta ou indiretamente, ao interesse público. Sobre a Administração Pública, é correto afirmar que:
- A) não pode anular seus próprios atos, mesmo quando evitados de vício de legalidade. A anulação dos atos administrativos só cabe ao Poder Judiciário.
- B) pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, desconsiderando os direitos adquiridos.
- C) os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração, mesmo em decisão na qual se evidencie lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
- D) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados.
- E) pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- 17.** Joana, estudante de Direito, decidiu realizar o concurso público para o cargo de Assistente em Administração da UFRJ. Para obter êxito no certame, considerando os termos do Edital do referido concurso, Joana fez uma pesquisa detalhada acerca do Decreto 6.944/2009, que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Nos termos desse Decreto, sobre concurso público, é correto afirmar que:
- A) durante o período de validade do concurso público, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar, mediante motivação expressa, a nomeação de candidatos aprovados e não convocados, podendo ultrapassar, em até cinquenta por cento, o quantitativo original de vagas.
- B) o concurso público será somente de provas, e não pode ser realizado em duas etapas.
- C) havendo prova oral ou defesa de memorial, será somente em sessão privada, e, em hipótese alguma, pode ser gravada.
- D) a realização de avaliação psicológica não está condicionada à existência de previsão legal específica e pode, ou não, estar prevista em edital.
- E) a realização de provas de aptidão física não exige a indicação no edital do tipo de prova, nem das técnicas admitidas.
- 18.** Alícia, professora da rede de ensino estadual, tendo apenas uma matrícula, resolveu fazer concurso para o cargo de professor titular da UFRJ, sem dedicação exclusiva. Após aprovação e nomeação, Alícia toma posse do cargo, tendo em vista que há compatibilidade de horários. Com base na Constituição Federal de 1988, a respeito da acumulação de cargo é correto afirmar que, havendo compatibilidade de horários:
- A) Alícia pode acumular três cargos de professor com outro técnico ou científico.
- B) Alícia pode acumular dois cargos de técnico ou científico e um de professor.
- C) Alícia pode acumular três cargos de professor.
- D) Alícia pode acumular dois cargos de professor com dois de técnico ou científico.
- E) Alícia pode acumular dois cargos de professor.
- 19.** Lúcio, servidor público federal da UFRJ, praticou ato de improbidade administrativa. Nos termos da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa importarão:
- A) a perda dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, apenas, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- B) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- C) a perda dos direitos civis, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- D) a perda dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- E) a perda dos direitos políticos e a perda da função pública, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- 20.** O conceito de responsabilidade está diretamente vinculado à ideia de resposta, uma vez que tal vocábulo vem do termo latino *respondere*, que tem o sentido de responder. No Direito Administrativo, a responsabilidade relaciona-se de imediato ao fato de que alguém deve responder perante a ordem jurídica em virtude de algum fato precedente. O fato e a sua imputabilidade a alguém constituem pressupostos indispensáveis do instituto da responsabilidade. Logo, não pode haver responsabilidade sem o fato gerador e sem a pessoa que gerou o fato. Acerca das responsabilidades tratadas na Lei nº 8112/90, é correto afirmar que:
- A) o servidor público responde penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade civil não pode, em qualquer hipótese, ser imputada ao servidor.
- B) o servidor só responde administrativamente pelos seus atos. Independente das consequências, o servidor não pode responder penal ou civilmente pelo exercício irregular de suas funções.
- C) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- D) a obrigação de reparar o dano pelo exercício irregular das funções não se estende aos sucessores do servidor.
- E) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) há muito colabora com o desenvolvimento da Musicoterapia no Rio de Janeiro. A evidência do longo tempo em que existe essa colaboração é:

- A) a contratação de musicoterapeutas graduados ou especialistas em seu quadro efetivo, para atuarem na creche universitária, desde a sua fundação.
- B) a criação da especialização *lato sensu* de Musicoterapia, em 1970, em colaboração com o Conservatório Brasileiro de Música e sob a direção de Cecília Conde.
- C) a contratação de professores de música para o quadro técnico-administrativo dessa instituição, desde a década de 80, para atuarem nas oficinas terapêuticas.
- D) o incentivo à pesquisa acadêmica realizado pelo Laboratório de Musicoterapia da Escola de Música desta universidade, criado por Elso Arruda, em 1962.
- E) a fundação da Associação Brasileira de Musicoterapia, atual AMTRJ, nas dependências do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), em 1968.

22. No atendimento de Musicoterapia, um usuário, nascido em 1948, após envolver-se intensamente numa atividade musical, afirma que, quando era jovem, cantava e tocava canções da época da Tropicália. Após esse relato, o profissional, para atender a esse usuário, pesquisou, principalmente, um repertório musical dos compositores:

- A) Caetano Veloso e Gilberto Gil.
- B) Vinicius de Moraes e Tom Jobim.
- C) Ary Barroso e Pixinguinha.
- D) Baden Powell e Wilson Simonal.
- E) Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

23. A Musicoterapia moderna surgiu nos Estados Unidos, quando músicos profissionais foram contratados com a finalidade de distrair os egressos da guerra. A experiência musical provocou uma mudança no quadro clínico daquelas pessoas. A equipe logo percebeu que, para o sucesso dessa atividade, não bastava que o profissional fosse apenas músico, ele também deveria ser um terapeuta. Já no Brasil, segundo Barcellos, um dos marcos do surgimento da musicoterapia foi:

- A) o apoio de musicoterapeutas brasileiros ao *National Music Council*, que criou o primeiro curso de formação.
- B) a formulação do Princípio de Iso, criado pelo Dr. Rolando Benenzon, a partir de suas inúmeras visitas ao Brasil.
- C) a criação de cursos de mestrado em Musicoterapia nas Universidades Federais e Estaduais.
- D) a proposta, de Liddy Migone, de inclusão de crianças com deficiências diversas nas classes de educação musical.
- E) a inclusão do musicoterapeuta no Plano de Cargos e Salários de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

24. Analise harmonicamente o trecho musical a seguir.



É correto afirmar que este trecho apresenta:

- A) todos os acordes na 2ª inversão e pertencentes ao tom de Ré menor.
- B) o primeiro e o último acorde no estado fundamental em Sol menor.
- C) o encadeamento I – IV – V – I, no tom de Ré Maior.
- D) todos os acordes na 1ª inversão e pertencentes ao tom de Sol Maior.
- E) o encadeamento I – IV – V – I, no tom de Ré menor.

25. De acordo com Barcellos, no artigo “*Para uma atualização do pensar a Musicoterapia*” (2004), faz parte da leitura musicoterapêutica:

- A) a análise do material musical trazido pelo musicoterapeuta, a movimentação do paciente e a movimentação do paciente em relação à família.
- B) a análise do material musical veiculado pelo paciente, a movimentação do paciente em relação à música e a movimentação do paciente em relação ao espaço terapêutico.
- C) a análise musical ortodoxa, a leitura corporal da sessão e a prescrição de procedimentos musicais preventivos.
- D) a análise musical heterodoxa, a implantação de métodos de captura de som das sessões e a movimentação fora do *setting* da sessão.
- E) a análise do material não verbal, a análise de resultados de pesquisa sobre o caso indicado e o registro do que foi produzido na sessão.

26. Em relação à história da música erudita, é correto afirmar que:

- A) no impressionismo musical, as escalas modais e pentatônicas são abandonadas e cria-se a escala de doze notas, para a busca de clareza das linhas melódicas.
- B) a música concreta tem como seu principal representante Shoenberg, que empregou sons sintetizados, criados em geradores elétricos.
- C) no período Barroco, principalmente na obra de Bach, há uma polifonia complexa, que usa contrapontos e imitações, e que pode ser verificada na forma Fuga.
- D) Villa-Lobos e Lorenzo Fernandez são os principais representantes do movimento de música eletroacústica brasileira.
- E) a polirritmia de Darius Milhaud propõe o uso de diversos instrumentos tocados simultaneamente.

27. *Ao tocar e/ou cantar, o paciente está veiculando pulsões direcionadas para uma ação psicomotora, frequentemente ritmicamente organizada. Estas pulsões são representadas pela linguagem musical de forma significativa através dos musicantes, e seu significado é atribuído a posteriori, quando paciente, grupo e terapeutas elaboram o correspondente em palavras mais próximo do que se manifestou pela linguagem musical de forma apreensível”*

(COSTA e VIANNA, 1985).

Para as autoras, esse fenômeno é possível, pois:

- A) a música é uma linguagem conotativa e não denotativa, e um musicante pode corresponder a vários significados.
 - B) o indivíduo tem a possibilidade de veicular pulsões e representá-las, mas não de atribuir-lhes significações.
 - C) a música que possui uma estrutura polifônica complexa abre canais de comunicação com o somático e o sagrado.
 - D) o indivíduo pode abrir um surto psicótico se o conteúdo musical manifesto não tiver uma interpretação correta.
 - E) a música é uma linguagem denotativa, e um musicante pode corresponder a um significado.
28. Com relação às duas notas apresentadas a seguir, é correto afirmar que se trata de um intervalo:



- A) melódico, ascendente de 5ª justa.
 - B) harmônico, de 5ª diminuta.
 - C) melódico, ascendente de 6ª Maior.
 - D) harmônico, de 4ª aumentada.
 - E) melódico, descendente de 4ª justa.
29. *“No Método Bonny de Imagens Guiadas e Música, o terapeuta auxilia o cliente a engajar-se com a sua imagem. O terapeuta não interpreta ou guia o cliente, mas ele reflete, ressoa e o encoraja a explorar a sua imagem e a obter maior compreensão de si. As palavras são usadas como meio de esclarecer a experiência da música na vida deste cliente”*

(ALVARES, 2013).

A descrição da atitude do musicoterapeuta, segundo este relato, nos leva a conclusão da utilização de um embasamento teórico situado na:

- A) teoria do envelope sonoro de Didier Anzieu.
- B) teoria do objeto transicional de Winnicott.
- C) terapia das tigelas tibetanas de Patandjáli.
- D) terapia centrada na pessoa de Carl Rogers.
- E) terapia da voz falada e cantada de Angela Herz.

30. No processo da musicoterapia, em relação ao uso da música em psicogerontologia, é correto afirmar que:

- A) nas lesões periféricas, há a presença de alterações tônicas e transtornos de comportamento e de memória que, frequentemente, comprometem a realização de atividades musicais.
- B) na doença de Parkinson, devido à rigidez muscular, à ansiedade e à depressão, pode ocorrer dificuldade respiratória, aumentando a fadiga e dificultando a execução em algumas atividades sociais e musicais.
- C) após as lesões encefálicas, ocorrem as alterações tróficas e psíquicas, que se caracterizam pela atonia, pela presença de psicose hebefrênica e pela incapacidade de execução rítmica.
- D) no traumatismo cranioencefálico o tratamento deve objetivar o aumento da sensibilidade tátil e auditiva alterada, estimulando o paciente com diferentes sonoridades e movimentos em intensidade *piano*.
- E) o principal objetivo da musicoterapia no Acidente Vascular Encefálico (AVE) é trabalhar com canções do Ido individual do paciente e reabilitar a força muscular perdida, através do uso de baquetas pesadas e intensidade *fortíssimo*.

31. Silva Júnior, em *“Interfaces entre a Musicoterapia e Bioética”* (2015), apresenta quatro princípios básicos da Bioética: a autonomia, a justiça, a não maleficência e a beneficência. Esse autor relaciona artigos do Código de Ética da União Brasileira das Associações de Musicoterapia – UBAM (2008) a esses princípios da Bioética. Assinale a alternativa que apresenta o artigo relacionado ao princípio da Justiça.

- A) Art. 2 – O musicoterapeuta não deve fazer discriminação em relação a clientes em termos de raça, gênero, cor, nacionalidade, idade, orientação sexual, classe social, doenças, deficiências, sequelas e necessidades especiais.
- B) Art. 7 – Preservar a integridade do Cliente e não explorá-lo de forma sexual, financeira, ou buscar vantagens emocionais ou pessoais.
- C) Art. 11 – Finalizar o tratamento quando o cliente não se beneficiar mais deste.
- D) Art. 12 – Estabelecer e cumprir o contrato terapêutico com seu cliente, inclusive considerando a elaboração da alta.
- E) Art. 24 – Obter uma autorização dos sujeitos, dos seus responsáveis e da instituição antes de começar uma pesquisa.

32. A primeira frase do Hino Nacional Brasileiro apresenta a seguinte estrutura rítmica:

- A) $\frac{4}{4}$ ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ ||
- B) $\frac{4}{4}$ ♩ ♩ ♩ ♩ | $\overset{3}{\text{♩}}$ $\overset{3}{\text{♩}}$ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ ||
- C) $\frac{4}{4}$ ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ ||
- D) $\frac{4}{4}$ ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ ||
- E) $\frac{4}{4}$ ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ | ♩ ♩ ♩ ♩ ||

33. “A Musicoterapia se situa entre as intervenções não farmacológicas e a literatura especializada aponta que ela é uma intervenção capaz de conseguir bons resultados, podendo ser empregada nas instituições de longa permanência para idosos, na programação individual ou grupal, na condução de problemas comportamentais, sociais, cognitivos e emocionais”

(ALEIXO, 2014).

Esta afirmativa coaduna-se ao seguinte direito da pessoa com doença mental, estabelecido no artigo 6º da Lei 10.216, de 6 de abril de 2001:

- A) Ser protegida contra qualquer forma de internação hospitalar.
- B) Ter garantia de sigilo parcial nas informações prestadas.
- C) Ter direito à presença médica, para esclarecer a necessidade das terapias expressivas.
- D) Ter acesso livre e monitorado aos meios de comunicação disponíveis.
- E) Ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis.

34. Sobre o musicoterapeuta atuante na Reabilitação Psicossocial, **NÃO** é correto afirmar que este profissional:

- A) deve possibilitar, em sua ação com os usuários que têm transtorno mental, a participação no contexto social e a independência.
- B) em sua intervenção, estimula, através de músicas facilitadoras, a internação do usuário em comunidades terapêuticas de longa permanência.
- C) ratifica mudanças políticas nos serviços de saúde mental, valorizando e possibilitando a desospitalização, ao criar um processo de cidadania.
- D) realiza práticas sonoro-musicais que auxiliam o usuário a organizar habilidades necessárias para a vida social em comunidade.
- E) emprega estratégias complexas de cuidado quando está atendendo pessoas que são vulneráveis aos modos habituais de sociabilidade.

35. De acordo com as diretrizes apontadas no documento “Saúde Mental no Brasil, os centros de atenção psicossocial”, publicado pelo Ministério da Saúde, em 2004, o musicoterapeuta pode integrar a equipe:

- A) do CAPS III, na condição especial de terapeuta ocupacional.
- B) do CAPS AD, como profissional cedido do Serviço Único da Assistência Social (SUAS).
- C) do CAPS, depois de cinco anos de formado, em graduação específica.
- D) de qualquer CAPS, como profissional de nível médio.
- E) mínima de qualquer CAPS, na categoria de profissionais de nível superior necessários ao projeto terapêutico.

36. Um jovem de 23 anos é atendido pelo musicoterapeuta. Esse usuário afirma que está sendo perseguido e canta a seguinte canção:

“Se eu olho ou escuto alguém falar
Se alguém ri ao me olhar
Eu penso que é pra mim
Eu penso que é de mim

*Vozes escutei e pensei que alguém me perseguia
Eu tinha medo de pensar e alguém entender o que eu ouvia (...)*”

(Cancioneiros do IPUB).

Após esse atendimento, o profissional deve supor que o paciente possui transtorno de personalidade:

- A) obsessivo-compulsivo.
- B) hebefrênico.
- C) bipolar.
- D) paranóide.
- E) catatônico.

37. Segundo o Código de Ética da Musicoterapia e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, é considerado musicoterapeuta o profissional:

- A) inscrito na Associação de Musicoterapia de sua região.
- B) qualificado com graduação ou pós-graduação em Musicoterapia.
- C) qualificado, exclusivamente, com graduação em Musicoterapia.
- D) aprovado no exame de qualificação profissional da UBAM.
- E) qualificado com graduação em saúde e com pós-graduação em Musicoterapia.



38. Barcellos (2004) considera o Modelo Tripartido ou Semiótico de Molino capaz de “dar conta da análise das questões da estrutura musical em musicoterapia”. Esse modelo pressupõe que um objeto musical:

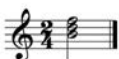
- A) não se enquadre nas pesquisas científicas, já que, em Musicoterapia, estas pesquisas produzem resultados errôneos, provenientes de métodos utilizados que não combinam com o assunto ou com o tema da pesquisa.
- B) recebeu grande importância, na primeira fase da Musicoterapia, devido ao efeito que a música produzia. Na segunda fase, passou-se a prestar menos atenção à música e mais à relação com o paciente. Na terceira fase, adotou-se uma posição intermediária entre esses dois extremos.
- C) tenha uma dimensão tripla de existência. Ele existe como resultado de uma estratégia de produção, como objeto presente no mundo – independente de suas origens e funções – e como fonte de uma estratégia de recepção, desde que os públicos mais diversos escutem uma mesma música.
- D) depende de uma profunda reflexão e de compreensão ampliada sobre como este objeto movimentava-se na sessão terapêutica e sobre o papel da música na evolução ou na involução desse processo.
- E) deva ser estudado em diferentes pontos de vista, tais como: as bases fisiológicas e neurológicas da recepção sonora, a estruturação musical relacionada à lateralização hemisférica e os estudos acústicos e psicofísicos dos mecanismos de percepção e da audição.

39. Sobre a Musicoterapia, pode-se afirmar que:

- A) é uma profissão com forte trajetória na área da saúde. Contudo, apresenta importantes intercessões com conceitos relacionados à estética e às ciências humanas.
- B) no Brasil, a Musicoterapia tem grande crescimento a partir do movimento do canto orfeônico desenvolvido no período de Getúlio Vargas.
- C) a música, em Musicoterapia, deve ser analisada em sua composição estética e polifônica para permitir uma interpretação das estruturas sonoras do inconsciente do paciente.
- D) as áreas do desempenho musical são caracterizadas pelas habilidades motoras, habilidades sensoriais e funções cognitivas.
- E) em sua fundamentação a profissão pode empregar termos como dom, habilidade, fazer musical e virtuosidade, que, embora diferentes, têm o mesmo sentido conceitual.

40. Analise as afirmativas a seguir sobre transposição musical e harmonia e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- A) Ao se transpor a melodia  para o tom de Mibm, teremos o seguinte trecho: 

B) O acorde  é um acorde perfeito menor.

- C) Ao se transpor o tom de DóM uma terça maior superior teremos o tom de FáM.
- D) A cadência conclusiva F – G7 – C, transposta para o tom de Lá Maior, ficaria D – M7 – A.
- E) O acorde dominante da tonalidade de RéM é G7.



UFRJ
